

**Compatriotas, alianças familiares e desigualdades
econômicas: a trajetória do português José Lopes Ferreira nas
sociedades de Morretes e Paranaguá
(Província de São Paulo, 1824-1837).**

**Compatriots, family alliances and economic inequalities: the trajectory of
Portuguese José Lopes Ferreira in societies of Morretes and Paranaguá
(Province of São Paulo, 1824-1837).**

André Luiz Moscaleski Cavazzani*
Sandro Aramis Richter Gomes**

Resumo: Este artigo comporta uma investigação acerca da trajetória do imigrante português José Lopes Ferreira (1797-1837) nos municípios litorâneos de Morretes e Paranaguá, no período que abrange os anos de 1824 e 1837. Nesse contexto, esses municípios pertenciam à jurisdição da Província de São Paulo. Por meio desse estudo, são evidenciados dois elementos basilares do processo de enraizamento social dos negociantes de origem portuguesa no litoral sul paulista na primeira metade do século XIX. O primeiro elemento consiste no fato de que nessa época os imigrantes conquistavam suas primeiras oportunidades econômicas e sociais por meio do estabelecimento de relações familiares com pequenos comerciantes provenientes de Portugal. As principais oportunidades sociais desses imigrantes eram contrair matrimônio com a filha de um patrício e inaugurar um armazém de secos e molhados. O segundo elemento é a notável desigualdade econômica entre os portugueses.

Palavras-chave: Hierarquias sociais. Imigração portuguesa. Relações familiares.

Abstract: This article is undertaken an investigation of the trajectory of the Portuguese immigrant José Lopes Ferreira (1797-1837) in coastal societies Morretes and Paranaguá in the period covering the years 1824 and 1837. In this context, these societies were within the jurisdiction of the Province from Sao Paulo. Through this study, it is highlighted two basic elements of social rooting process of Portuguese

* Coordenador do curso de Licenciatura em História do Centro Universitário Internacional (UNINTER). Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (2013). Realizou estágio de pós-doutorado junto ao Departamento de História da Universidade Federal do Paraná (2014-2015). E-mail: andrexcava@hotmail.com

** Doutorando em História na Universidade Federal do Paraná. Bolsista da CAPES. E-mail: argomes8@gmail.com

origin merchants in coastal of Province of São Paulo in nineteenth century. The first element is the fact that this time immigrants conquered his first economic and social opportunities through the establishment of family ties with small traders also from Portugal. The main social opportunities of these immigrants were to marry the daughter of a patrician and opened a dry goods store. The second element is the remarkable economic inequality among the Portuguese.

Keywords: Family relationships. Portuguese immigration. Social hierarchies.

Introdução

Neste artigo é desenvolvida uma investigação acerca da trajetória do imigrante português José Lopes Ferreira (1797-1837) na vila de Paranaguá e na freguesia de Morretes, então pertencentes à Província e São Paulo, no período que abrange os anos de 1834 e 1837. Na atualidade, ambas as localidades integram a região litorânea do Estado do Paraná.

Nesse quadro, o presente artigo comporta um estudo de caso acerca da constituição, natureza e desdobramentos das relações de dependência e dominação econômica que marcaram o percurso de um comerciante de origem portuguesa no litoral sul paulista, no contexto da primeira metade do século XIX. Esta investigação tem o objetivo precípua de produzir um conhecimento acerca das estratégias e constrangimentos econômicos que marcaram o percurso de um português que pertenceu à categoria de pequeno comerciante. Nesse sentido, a hipótese central desenvolvida neste estudo afirma que, na aludida região, a obtenção de empréstimos junto a negociantes abastados era uma das principais formas de dependência econômica dos pequenos comerciantes portugueses.

Há tempos, a historiografia tem dedicado atenção aos processos de treinamento de portugueses na vida mercantil do Brasil do início do século XIX. Nesse âmbito, a atuação como caixeiro era crucial para esse treinamento (GORENSTEIN, MARTINHO, 1993). A historiografia, portanto, tem manifestado especial ênfase para a análise de percursos de portugueses que, ao se estabelecerem no Brasil, conquistavam tanto a oportunidade de serem treinados na vida mercantil por seus patrícios como a prerrogativa de estabelecer alianças familiares com esses compatriotas (CAVAZZANI, 2013).

Contudo, remanesce incompleta a tarefa de analisar os percursos de portugueses que obtinham o seu treinamento profissional em Portugal. Assim, compete atentar às etapas dos trajetos de indivíduos que migraram para o Brasil após terem se iniciado na lide comercial. Tratava-se, portanto, de um conjunto de indivíduos que empregavam os seus recursos econômicos para recomeçaram sua atuação comercial em outro país. Assim, a compreensão dos fatores do êxito ou do insucesso do recomeço permanece incipiente nos estudos a respeito da história da imigração portuguesa para o Brasil.

Nesse contexto, o estudo sobre os processos de enraizamento por meio de relações familiares permanece central nas abordagens acerca dos portugueses no Brasil do século XIX (LIMA, 2000; SCOTT, 2014). Entretanto, a análise concernente ao malogro das experiências econômicas desses imigrantes não tem auferido relevante desenvolvimento na historiografia. Essa pouca relevância reitera o desconhecimento sobre as circunstâncias que limitavam a mobilidade social e o insucesso das iniciativas econômicas dos pequenos comerciantes de origem portuguesa no Brasil. De outra parte, essa pouca relevância impõe obstáculos para a compreensão das características e implicações das desigualdades sociais e econômicas que existiram entre os compatriotas portugueses.

Ao mesmo tempo, cumpre salientar que, presentemente, a historiografia sobre a vida econômica do Brasil do princípio do século XIX é formada por abordagens referentes à formação de fortunas de negociantes que controlavam o mercado de crédito na praça mercantil do Rio de Janeiro (FRAGOSO, 1998; BRAGA, 2013). Contudo, a investigação acerca do patrimônio de negociantes menos afortunados permanece pouco desenvolvida, visto que é circunscrita a áreas do Brasil Meridional (LEANDRO, 2003).

A ênfase na investigação sobre percursos de imigrantes abastados é também peculiar à historiografia de outros países América do Sul, tais como a Argentina (GELMAN, 1996). Assim, os estudos acerca da inserção de imigrantes nessa parte do continente americano têm salientado os processos de expressiva mobilidade social e enriquecimento. Os estudos concernentes à história de países da América do Sul no contexto do fim do século XVIII e início do século XIX contribuem para o entendimento acerca do funcionamento do comércio e formação de fortunas

(SOCOLOW, 1991). Porém, a análise sobre os limites da mobilidade social e as causas do fracasso das iniciativas comerciais dos imigrantes e locais permanece em estágio incipiente.

Há de se destacar, por outro lado, a contribuição presente no estudo de Gabriel Berute sobre as práticas econômicas de negociantes radicados em dois municípios da Província do Rio Grande do Sul (Porto Alegre e Rio Grande) na primeira metade do século XIX. Tal investigação propicia o conhecimento sobre o funcionamento do mercado de crédito em área provincial. Mais precisamente, ela permite o conhecimento sobre as demandas econômicas que levavam à constituição desse mercado. De outra parte, os resultados dessa pesquisa possibilitam a compreensão sobre a interferência de conjunturas econômicas e políticas sobre a quantidade e os valores dos créditos concedidos (BERUTE, 2011).

Ao mesmo tempo, o estudo sobre de Leonardo Braga acerca das práticas mercantis na cidade de Ouro Preto, no século XIX, consiste em avanço na compreensão do funcionamento do mercado de crédito em áreas provinciais (ANDRADE, 2013). Trata-se, pois, de estudo referente a município que detinha a condição, naquele momento, de capital da Província de Minas Gerais. A análise sobre o caso de José Lopes Ferreira, por sua vez, permite o conhecimento acerca do funcionamento do mercado de crédito em pequenas sociedades provinciais.¹ Assim, compete evidenciar, ao longo deste artigo, que o estudo sobre mercados de créditos em vilas e freguesias provinciais possibilita a produção de um conhecimento acerca das relações de dependência e dominação econômica existente entre os membros de um grupo mercantil, bem como entre os componentes de uma comunidade étnica.

Dessa maneira, a reconstituição do percurso de José Lopes Ferreira comporta indícios acerca do aspecto hierarquizado das interações entre portugueses estabelecidos no extremo sul da Província de São Paulo, nas primeiras décadas do século XIX. Nesse quadro, é fundamentada a hipótese de que eram exíguas as

¹ Em 1853, foi criada Província do Paraná. No ano seguinte, o presidente da província, Zacarias de Góes e Vasconcelos, produziu um relatório no qual é informado o contingente populacional dos municípios da nova província. A análise dessas informações permite evidenciar que, em meados do século XIX, a antiga freguesia de Morretes, que fora elevada à condição de Vila em 1841, possuía uma população inferior à população dos municípios de Antonina e Paranaguá. De acordo com o mencionado relatório, o contingente populacional do litoral paranaense, em 1854, estava distribuído do seguinte modo: Paranaguá – 6.533 habitantes; Antonina – 4.160 habitantes; Morretes – 3.709 habitantes; Guaratuba – 3.564 habitantes; Guaraqueçaba – 3.475 habitantes. (VASCONCELOS, 1854, p. 14).

possibilidades de os pequenos comerciantes portugueses desvincularem-se da dependência econômica que mantinham para com os seus patrícios abastados. Nesse âmbito, os pequenos comerciantes formavam uma comunidade na qual eram realizadas alianças econômicas e familiares. De outro lado, os contatos entre pequenos e grandes comerciantes portugueses, no litoral sul paulista, possuíam um caráter contratual. Eram, portanto, relações essencialmente econômicas.

Este artigo possui três estágios. No primeiro estágio, reconstitui-se o processo de migração de José Lopes Ferreira para o Brasil, no limiar dos anos 1820. Nesse sentido, demonstra-se que a atuação desse indivíduo como traficante de escravos no Brasil foi operacional para a formação de vínculos com comerciantes que atuavam nesse país. Tais vínculos permitiram que Lopes contraísse relações familiares. Essa informação consiste em uma evidência de que os portugueses admitidos aos esquemas matrimoniais de seus compatriotas não eram apenas os pertencentes ao grupo de comerciantes novatos.

No segundo estágio, é analisada a incorporação de José Lopes na então freguesia de Morretes, que à época estava sob a jurisdição da vila de Antonina, situada no litoral sul da Província de São Paulo. Por conseguinte, demonstra-se que os pequenos comerciantes portugueses fixados nessa região formavam uma comunidade, no interior da qual eram estabelecidos arranjos matrimoniais e econômicos. Portanto, nessa época não se verificou, na mencionada região, a mobilidade social de um imigrante português por meio de sua absorção à família de um patrício abastado. Assim, existiam precisos limites para a socialização entre esses compatriotas. Ao mesmo tempo, destaca-se que o limite das oportunidades sociais e econômicas dos imigrantes, naquele período, era integrar a parentela de um português não enriquecido e receber dele o apoio para atuar como comerciante autônomo.

No terceiro estágio, demonstra-se que a dependência pelos empréstimos concedidos pelos abastados negociantes de Morretes e Paranaguá era um elemento peculiar aos percursos dos pequenos comerciantes portugueses como José Lopes. Ainda, compete fundamentar o argumento de que descendentes desses pequenos comerciantes também eram impelidos, em virtude da carência de recursos próprios, a contrair empréstimos com portugueses abastados. Essa dependência econômica era

infindável. De outra parte, o auxílio de outros pequenos comerciantes portugueses era crucial para os imigrantes iniciar ou se manter ativo em um determinado ramo do comércio. Ocasionalmente, surgiam querelas entre esses pequenos comerciantes. Todavia, elas não eram suficientes para romper os vínculos sociais e econômicos existentes os compatriotas.

Em síntese, no curso deste estágio é fundamentada a hipótese segundo a qual os pequenos comerciantes portugueses, no litoral do atual Estado do Paraná, nas primeiras décadas do século XIX, formavam uma comunidade marcada pela concessão de mútuos auxílios econômicos. Esses pequenos comerciantes portugueses, contudo, permaneceram socialmente afastados dos seus patrícios enriquecidos. Assim, naquele contexto as relações entre os compatriotas economicamente desiguais eram limitadas ao âmbito das relações de crédito.

Para o desenvolvimento deste artigo, emprega-se como fonte o texto biográfico que o comerciante português Antônio Vieira dos Santos (1784-1854) escreveu sobre José Lopes Ferreira, do qual era sogro. Essa narrativa biográfica está inserida no seguinte volume de textos memorialísticos e biográficos produzido por Vieira dos Santos: *Memórias dos sucessos mais notáveis ocorridos desde o ano de 1851*.² Em resumo, as informações contidas nesta fonte permitem identificar as formas de interação entre imigrantes portugueses em duas sociedades do litoral sul paulista. Ao mesmo tempo, elas possibilitam reconhecer aspectos as práticas econômicas desenvolvidas por esses compatriotas.

Imigração, tráfico de escravos e constituição de vínculos sociais: o princípio da trajetória de José Lopes no Brasil

José Lopes nasceu na Freguesia de São Salvador da Portela, localizada no Arcebispado de Braga. Tratava-se de um indivíduo que, ao completar dezoito anos, migrou para Lisboa com a finalidade de conquistar um emprego. Há, contudo, imprecisão nas informações apresentadas por Vieira dos Santos acerca da ocupação exercida por Lopes nesse contexto. Contudo, tais informações evidenciam que a sua migração para o Brasil não foi decorrente de um planejamento. Ou seja, não houve prévia manutenção de contatos sociais para que fosse recebido no Brasil. De acordo

² Esse volume de textos está sob a guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes (Curitiba, Rua XV de Novembro, 1050).

com Vieira dos Santos, Lopes evadiu de Portugal para escapar da condição de soldado.

Em suma, o excerto do texto biográfico de Vieira dos Santos transcrito a seguir comporta indícios de que existia um contingente de imigrantes portugueses no Brasil que se transferiram de Portugal desprovidos de cartas de recomendação (MENEZES, 2000). A ausência dessas cartas indicava a impossibilidade de conseguir imediata colocação profissional ou, ao menos, um treinamento na vida mercantil:

Sendo chegado a Corte de Lisboa em 27 ou 28 de Março de 1815, consta que sua pr^a ocupação foi a de criado de servir, porem ignoro a personagem ou com q^m esteve neste emprego; ou se foi de Caixeiro, ou ocupação diferente; e neste modo de vida permaneceu na Corte de Lisboa; talvez mais de anno; e havendo no mesmo anno; ou seguinte hum grande recrutamento o prenderão; e sentarão-lhe praça de soldado no regimento de cavallaria do Caéz; que talvez fosse o de n^o 7 onde servio como soldado; talvez mais de hum anno; e como tinha de seu algumas moedas de oiro, e achando boa ocazião de poder desertar (parece q' deu 15 moedas de oiro que tanto lhe custou a sua fuga), embarcouse em hum navio p^a o Brazil ; e esteve na Cidade de Lisboa 2 annos e 3 mezes, que tanto tempo decorreo; desde 25 de Março de 1815 a 28 de Dezembro de 1817 (SANTOS, 1851, p. 411-412).

Diante da ausência da proteção de seus compatriotas, Lopes teve de empregar os seus próprios recursos para atuar, inicialmente, como comerciante varejista em municípios portuários. Em seguida, ele utilizou suas economias para iniciar-se no tráfico de escravos. Porém, essa atividade não foi duradoura. Por outro lado, as informações apresentadas por Vieira dos Santos na passagem transcrita a seguir demonstram que Lopes que, ao se estabelecer ao Brasil, não eram desprovidos de recursos econômicos. Porém, ele não auferiu a prerrogativa de pertencer ao circuito de relações sociais de seus compatriotas abastados:

O anno de 1816 e parte do de 1817 esteve na corte de Lisboa, porem no dia 28 de Dezembro de 1817 foi o dia em que fugio embarcandose em hum navio que seguia em direitura ao Rio de Janeiro; mas não sei se veio como simples pasageiro ou se como na obrigação da marinagem do mesmo navio; ou se depois que chegou ao Rio de Janeiro he que se empregou effectivam^{te} na vida maritima, entretendose ao mesmo tempo com algum negocio de mascateação volante de huns para outros portos do Imperio, proveniente do dinheiro que inda trouxe de Lisboa, ou dirigindo poucos annos depois a sua principal viatura p^a a costa de Affrica aos postos de Loanda e Zaire no Reino de Angola em cujas digressõens se occupou talvez desde o anno de 1818 té o de 1824 e neste intervallo de 6 annos, não sei quantas viagens fes áquelles

portos, mas he factível que fizese mais de hua em cada anno, por cujo motivo adquirio credito e conhecimento com vários sujeitos e talvez fose em o anno de 1823 que formase a sociedade com Manoel Joze Pereira Bastos com o Berga^m que comprarão p^r q^{to} já em 1824 elle já se achou em Angola como se ve dos seus assentos (SANTOS, p. 412-413).

A diversificação de atividades econômicas foi um elemento peculiar à trajetória de José Lopes desde o princípio de sua inserção no Brasil. Nos anos 1820, ele também atuou como traficante de escravos e comerciante varejista no Rio de Janeiro. Conforme demonstrado neste artigo, tal diversificação de negócios foi um aspecto inerente ao percurso de Lopes na freguesia de Morretes. Leia-se, pois, a seguinte informação referente ao envolvimento de Lopes no comércio varejista do Rio de Janeiro:

Consta ter feito viagem p^a Porto Alegre p^r q^{to} em 26 de 9^{bro} [de 1824] escreveo a Manoel Joze Monteiro participando ter outra ves recebido a sua escr^a no dia 20 depois de já a ter vendido e m^{mo} recebido o dinheiro. Em 20 de Novembro lhe tinha de seu ate este dia 505\$800 r^s, como consta dos seus assentos. De Porto Alegre regresou ao Rio de Janeiro talvez em fins de novembro; ou principios de Dezembro porque no dia 8 de Dezembro elle formou hua sociedade no Rio de Janeiro com Joaq^m de Freitas em hua venda ou armazem no beco da Prainha de frente da Conceição cuja sociedade não sei se chegou a effectuar; ou se aturou alguns tempos (SANTOS, 1851, p. 415).

Os recursos que José Lopes despendeu para efetuar reparos em seu bergantim minaram as possibilidades de ele permanecer ativo no comércio de escravos. Conforme destacado por Manolo Florentino, o planejamento e execução de uma expedição à África em busca de escravos era uma iniciativa que exigia recursos e especialização. A importação de escravos, assim, era uma iniciativa cuja concretização consumia dezenas de contos de réis. Tal constatação embasa a afirmação, formulada por Florentino, de que a importação de africanos era uma empresa custosa: “Poucos, entretanto, dominavam as condições de operacionalização do comércio negreiro, provendo-o do capital necessário e, por conseguinte, dele auferindo maiores lucros” (FLORENTINO, 2002, p.150).

A importação de africanos era também uma atividade especializada porque a sua realização requeria a formação de equipes compostas, por exemplo, de mestres, contramestres, marinheiros e cirurgiões. Diante dessas exigências, restou a Lopes

operar como traficante apenas de forma circunstancial. A falta de recursos para realizar reparos em seu bergantim determinou o seu desligamento do comércio de escravos. Desse modo, Lopes era um pequeno traficante que não dispunham das condições econômicas necessárias para permanecer ativo no negócio da importação de africanos. Acerca das despesas que Lopes realizou com a referida embarcação, Vieira dos Santos salientou:

Não se pode realmente saber as viagens q' o Berg^{am} teve depois que fes a obra em Paran^a se foi p^a B^s Ayres; he factivel q' regresase ao Rio de Janeiro e que ali chegase ate fins de Abril e que nessa ocasião apartase elle da Sociedade com o Manoel Joze Pereira Bastos; ou cansado de ter sofrido succesivamente o prejuizo p^r mais de 4 contos de reis; ou finalmente p^r outro qualq^r motivo q' houvese entre elles esteve no Rio de Janeiro p^a mais de 5 ou 6 mezes p^a liquidar as contas da sociedade, e andar atrás do m^{mo} (SANTOS, 1851, p. 417).

Em virtude desses reveses econômicos, Lopes optou por fixar-se no litoral sul da Província de São Paulo. Ele mantinha contatos com habitantes dessa região desde a época da feitura de reparos em seu bergantim. A sua transferência para a freguesia de Morretes, contudo, exigiu prévio planejamento. A aquisição de escravos, por exemplo, era uma das etapas desse planejamento:

Verificouse o estado d'elle no Rio de Janeiro de 5 a 6 mezes pellos papeis da compra q' fes dos Escr^{os} p^r q' em 28 de Agosto de 1830 comprou o escr^o Antônio p^r 540\$000 r^s a Manoel Fran^{co} Coelho; e em 7 de Dezembro do m^{mo} anno comprou o escr^o Joze Congo ao seu Socio Manoel Joze Pereira Bastos. Pode ser depois do dia 9 de Dezembro sahise do Rio de Janeiro e chegase a Paranagua com a viagem breve, e logo fosse Antonina e viesse com Antônio Joze Ov^a Ramos rumo aos Morretes (SANTOS, 1851, p. 425).

De outra parte, compete salientar que essa transferência para Morretes e a aliança com pequenos comerciantes da localidade representou o limite das oportunidades sociais de Lopes. Nessa região, ao tempo da migração de Lopes, estavam definidas as formas de interação entre os modestos e abastados negociantes portugueses. Em síntese, essas interações eram circunscritas ao âmbito das relações de crédito. Desse modo, compete demonstrar que Lopes pertenceu ao grupo de imigrantes portugueses que, no litoral do atual Paraná, eram economicamente dependentes de seus compatriotas abastados.

O funcionamento do mercado matrimonial e o enraizamento de José Lopes em uma vila litorânea

Em 1831, José Lopes fixou residência na então freguesia de Morretes. A reconstituição do percurso social desse imigrante nos anos 1830 possibilita evidenciar que a constituição de alianças familiares com seus patrícios era o estágio inicial do processo de incorporação de portugueses à vida social e econômica de vilas brasileiras. De outra parte, compete demonstrar que essas alianças eram estabelecidas entre portugueses que possuíam uma condição econômica análoga. Nesse quadro, existiam limites rígidos para o aprofundamento da socialização entre os portugueses radicados em municípios do litoral sul paulista.

Por meio do estudo do caso de José Lopes, compete evidenciar que o relacionamento entre portugueses economicamente desiguais era marcado por formas de dependência e dominação. Em suma, esse relacionamento era de natureza econômica. Mais precisamente, tal relação era limitada ao âmbito contratual. As dívidas contraídas por comerciantes portugueses com seus patrícios eram a principal causa dessa dependência. Por outro lado, trata-se de ressaltar que os comerciantes portugueses dotados de menor poder econômico tendiam a se aproximar.

Esses imigrantes pertenciam a um grupo cujos membros jamais conseguiram se libertar da dependência dos empréstimos concedidos por seus compatriotas. Esses imigrantes menos abastados, portanto, formavam uma comunidade na qual eram concretizadas alianças econômicas e familiares. No entanto, de forma circunstancial surgiam divergências econômicas entre os membros dessa comunidade. Essas divergências, porém, não eram suficientes para mitigar a consistência das relações firmadas entre os componentes desse grupo de imigrantes portugueses.

Em síntese, dois argumentos embasam o desenvolvimento do presente estágio da investigação. O primeiro argumento afirma que o envolvimento no mercado matrimonial foi decisivo para a inserção de José Lopes na vida social de Morretes e Paranaguá, na primeira metade do século XIX. A inserção nesse mercado era uma etapa que favorecia a conquista de oportunidades econômicas para o português recém-chegado. Todavia, os negociantes portugueses enriquecidos não concediam aos imigrantes a faculdade de participar dos esquemas matrimoniais que eles, os negociantes enriquecidos, controlavam.

O estudo do caso de José Lopes também evidencia que as relações de compadrio de pequenos comerciantes portugueses estabelecidos naquelas duas sociedades assumiu um caráter endógeno, nas primeiras décadas do século XIX. Nesse sentido, os compadres possuíam uma condição social semelhante. Portanto, será demonstrado que no contexto da inserção de José Lopes na freguesia de Morretes houve o aprofundamento das distâncias socioeconômicas entre imigrantes portugueses estabelecidos no litoral do atual Estado do Paraná.

O segundo argumento elementar desse estágio do artigo é referente às ocupações econômicas dos portugueses radicados naquela região, nas primeiras décadas do século XIX. Assim, demonstra-se que os imigrantes que se enquadravam no perfil social de José Lopes buscavam diversificar seus negócios. Para tanto, eles exerciam atividades econômicas de forma concomitante. A menção ao caso de José Vieira dos Santos (1813-1850) possibilita corroborar esta assertiva. Nesse contexto, o malogro das atividades profissionais desses indivíduos era decorrente da carência dos recursos financeiros requeridos para a continuidade de negócios como o tráfico de escravos. Assim, demonstra-se que o envolvimento no comércio de tropas de animais cavалares era uma alternativa para os pequenos comerciantes diversificarem os seus negócios.

A partir do caso de José Lopes, será destacado que a busca pelos recursos necessários para desenvolver uma atividade comercial gerava a continuidade da dependência dos pequenos comerciantes portugueses para com os empréstimos concedidos pelos seus compatriotas. Em síntese, nessa etapa da análise demonstra-se que, no litoral sul paulista, o imigrante desprovido da proteção de compatriotas enriquecidos não encontrava uma alternativa senão integrar-se ao grupo familiar de portugueses que, há décadas, estavam economicamente dominados por negociantes abastados.

Conforme destacado no princípio deste artigo, José Lopes mantinha relações com membros da sociedade de Paranaguá desde início dos anos 1820. Dessa forma, a sua condição de traficante de escravos foi decisiva para que tais relações fossem criadas e conservadas. Entretanto, a falta de recursos impediu que Lopes prosseguisse no ramo da importação de africanos para o Brasil.

Nesse âmbito, o caso de José Lopes possibilita reconhecer aspectos do destino dos traficantes que se enquadravam na categoria de especuladores ou aventureiros. Um dos aspectos desse destino era atuar como comerciante varejista. Compete salientar que Lopes não escolheu a vila de Paranaguá como o local para fixar residência e atuar como comerciante. Dessa forma, ele preferiu iniciar-se na vida comercial na freguesia de Morretes, na qual a participação de portugueses nas atividades mercantis era mais atenuada (REVISTA GENEALÓGICA LATINA, 1956). A respeito do processo de integração de Lopes na aludida freguesia e das primeiras atividades econômicas que ele realizou nessa sociedade, Antônio Vieira dos Santos informou:

Em 26 do m^{mo} mez [dezembro de 1830] já ele esteve na V^a de Paranaqua donde vendeo fazenda ao Cap^m João Alves Cordeiro. Donde voltou p^a os Morretes, estabelecendo a sua caza de negocio com loge de fazendas e armazem de molhados, e nunca tive amizade e nem conhecimento com este sugeito. Desde 4 té 6 de Janeiro deste anno [1831] se estabeleceo o Lopes nos Morretes com seu negocio de fazenda, e de molhados (SANTOS, 1851, p.425-426).

Aos trinta e quatro anos, Lopes havia acumulado os recursos suficientes para adquirir os imóveis que utilizou como residência e loja. Esses imóveis foram vendidos pelo capitão João Dias Barbosa pelo valor de 550 mil réis (SANTOS, 1851, p. 447). José Lopes, portanto, não era um imigrante despossuído. Ele não pertencia ao rol de portugueses que, ao chegarem ao Brasil, eram acolhidos às residências de seus patrícios e passavam por um processo de treinamento na vida mercantil no princípio do século XIX. Todavia, a permanência de sua atuação econômica na vida econômica do litoral sul paulista era dependente do auxílio dos membros da família de sua esposa.

Assim, compete demonstrar que o pertencimento a uma parentela de origem portuguesa foi crucial para que Lopes conseguisse se fixar em uma sociedade litorânea e diversificar os seus negócios. Portanto, os portugueses que já se encontravam em idade madura dependiam do apoio dos seus patrícios para que conseguissem se acomodar em uma posição na hierarquia social das vilas brasileiras. Compete demonstrar que, nesse contexto, tal apoio era comumente oferecido pelos pequenos comerciantes portugueses. De outro lado, as relações entre os portugueses

recém-chegados com os portugueses enriquecidos eram limitadas ao âmbito de um contrato de empréstimo.

Em 1831, no mesmo ano em que se fixou em Morretes, Lopes decidiu contrair matrimônio. O relato que o seu sogro Antônio Vieira dos Santos elaborou acerca desse episódio evidencia que Lopes aventou duas possibilidades de matrimônio. Ele cogitou casar-se com mulher oriunda de Antonina ou de Morretes. Nessa freguesia, Lopes pretendia casar-se com Ana Joaquina de Oliveira França. As informações apresentadas por Vieira dos Santos acerca da realização do casamento entre José Lopes e Ana Joaquina evidenciam que membros da elite local de Morretes participavam das conversações a respeito das alianças matrimoniais de pequenos comerciantes.

Contudo, os negociantes economicamente mais poderosos não concediam aos pequenos comerciantes a possibilidade de casarem com suas filhas. Nesse contexto, as práticas familiares dos principais negociantes portugueses radicados na região da Baía de Paranaguá eram marcadas por duas tendências. Uma tendência era realizar o casamento de seus descendentes com membros de outras famílias abastadas de Paranaguá e Antonina, notadamente famílias portuguesas. A segunda tendência dessas famílias abastadas era o casamento com brasileiros não originários da vila de Paranaguá. Porém, quando esses indivíduos chegavam a essa vila já possuíam uma posição social de relevo. Uma dessas posições de relevo era a atuação na magistratura (COSTA, 1988).

Acerca das práticas familiares dos portugueses estabelecidos no litoral sul de São Paulo, compete dedicar atenção ao seguinte excerto do texto biográfico que Vieira dos Santos produziu. Tal excerto demonstra que uma das principais autoridades da freguesia, o sargento-mor Antônio Ricardo dos Santos, participou das tratativas para a consecução do casamento de José Lopes e Ana Joaquina. Os eventos mencionados a seguir ocorreram em agosto de 1831:

Parece que depois que elle sarou de sua molestia e voltou de Antonina suas vistas se dirigirão p^a m^a filha Anna intentando cazar com ella p^r ter visto algumas vezes hir de vizita em caza do Cap^m Pedro Antônio Munhoz q' estava morando próximo e p^a este fim falou algumas vezes a meu filho Antônio e ao Sarg^{to} Mor Antônio Ricardo dos Stos q' era de sua amizade. Estas noticias vagamente chegarão a meus ouvidos, porem nem eu respondia coiza alguma nem fazia cazo destes falatórios, com tudo elle tinha de fazer hua viagem a Coritiba; e logo q' chegase

queria saber a resposta m^a de sim ou de não, pois do contrario Se hia cazar em Antonina com a filha de João Dias Barboza (SANTOS, 1851, p.427).

O excerto seguinte evidencia, por seu turno, que o patriarca Antônio Vieira dos Santos também se aconselhou com outro imigrante português, Antônio José de Araújo (1791-1851), acerca da questão do casamento de Ana Joaquina. Segundo o autor do relato, a opinião de sua filha não foi descartada no curso dessas tratativas. Em verdade, a prática da consulta à pretendente acerca de seu casamento era também adotada pelo pai de Antônio Vieira dos Santos, Jerônimo, em Portugal. A leitura dos textos biográficos redigidos por Vieira dos Santos acerca de seus familiares permite salientar que, no Brasil e em Portugal, na primeira metade do século XIX, a consulta às futuras esposas era decisiva para que as tratativas acerca do casamento prosperassem ou malograssem (SANTOS, 1851, p. 153).

As discussões para a realização de um casamento eram, por certo, comandadas pelos chefes de família. Conforme evidenciado no excerto supracitado, homens não pertencentes à família dos cônjuges também eram admitidos nessas discussões. De sua parte, a filha de Vieira dos Santos eximiu-se de responder se aceitava o casamento. Dessa forma, a decisão sobre o casamento de Ana Joaquina foi, ao final, tomada pelo patriarca:

Em 19 de Setembro [de 1831] Segunda feira perto das Ave Marias, veio o Lopes pessoalmente falar comigo e com m^a m^{er} pedindo que se queria cazar com m^a filha Anna: isto foi na antiga caza de soque q' nos apanhou juntos de enalhada, e chamando m^a f^a Anna nada respondeo; e eu fiquei de consultar a vontade della e dar-lhe a decizão que ele queria fosse logo, e breve. Em 20 Terça fr^a de noite consultei sobre este objecto com Manoel Miró, e meu cunhado Antônio Joze de Ar^o. Em 31 Quarta fr^a de noite fui pessoalmente a caza de Lopes dar-lhe a resposta de = sim = Em 22 Quinta fr^a de manhã veio elle a m^a caza. Em 23 Sesta fr^a de manhã veio tambem em m^a caza falou com m^a m^{er} e com m^a filha, e depois foi a villa Antonina tratar com o Vig^{ro} Linhares sobre os papeis do seu cazamento. Em 29 de Setembro Quarta fr^a de tarde das 3 p^a as 4 horas se receberão em m^a própria caza o Lopes com m^a filha Anna p^{lo} P^e Antônio Roiz de Carv^o e foi testemunha da parte d'elle o Sarg^{to} Antônio Ricardo dos Santos, e della o Cap^m Antônio Joze de Ar^o. Houve hua peq^{na} meza de doce com poucas pessoas convidadas. Pellas 8 horas da noite levou o Lopes a m^a f^a e sua m^{er} p^a caza, de q' houverão alguns choros. Deste dia em diante quazi todos os dias, ou noites se hia paeçar em caza d'elle (SANTOS, 1851, p.428-429).

A despeito da abstenção de Ana Joaquina em se manifestar sobre a proposta de casamento, Antônio Vieira dos Santos voltou a consultá-la sobre proposta de casamento realizada, nos anos 1840, por outro imigrante português. Nessa ocasião, Ana Joaquina manifestou a sua vontade de contrair segundas núpcias.³ Dessa forma, os textos biográficos e memorialísticos de Vieira dos Santos demonstram que o respeito à vontade da futura esposa coexistia com as conversações entre os homens da família e do mesmo grupo profissional acerca da realização de um casamento.⁴ Dessa maneira, existiam momentos nos quais a autoridade paterna era decisiva para vetar ou postergar um casamento.

O texto biográfico supracitado também comporta uma informação sobre o modo pelo qual eram organizados, nas famílias dos pequenos comerciantes portugueses, eventos como a realização de um matrimônio. Nesse texto, verifica-se o caráter simplório da cerimônia. De outra parte, compete salientar a rapidez da concretização do casamento. O intervalo entre a proposta de casamento a Ana Joaquina e a realização da cerimônia foi de apenas um mês. A celeridade desse processo era uma exigência de José Lopes. Por conseguinte, a passagem para a condição de chefe de

³ O segundo matrimônio de Ana Joaquina, realizado em 1843, também foi marcado pela consulta do pai à pretendente. Ao mesmo tempo, Vieira dos Santos consultou os outros seus filhos sobre o assunto. Nota-se, pois, que a decisão sobre a realização de um casamento, na família de Antônio Vieira dos Santos, não era controlada pelo patriarca. Distintos pareceres sobre o casamento e também sobre o futuro esposo eram emitidos. Nesse contexto, a opinião da futura esposa não era desconsiderada. Dessa forma, compete realizar a transcrição do excerto memorialístico no qual Antônio Vieira dos Santos menciona que consultou seus filhos sobre o aludido assunto. De acordo com o memorialista, a vontade de Ana Joaquina foi o elemento crucial para que ele, Vieira dos Santos, concedesse o seu aval para o casamento se realizar: “Em 24 Sabado de noite veio aqui o Agostinho p^{la} pr^a vez vizitarme, e esteve conversando comigo m^{to} tempo, mas em nada me falou: “Em 25 [de junho de 1843] Dom^o de noite perguntei a m^a f^a Anna p^a saber della, se queria, ou não cazar com ele [o português Agostinho Pereira de Lima] = dice me que sim. Depois veio aqui o Agostinho, e pozitivamente faloume pedindome p^a cazar com ella = respondi q[’] pr^o queria expor-lhe a sua pretensão e o q[’] decidise lhe participaria o seu resultado. Em 26 Segunda de manhã meu f^o Antônio me deu noticias dezagradaveis a resp^{to} do Agostinho ser jogador e por isso falei a este respeito com meus filhos Joze e Maria para ver se a desvaheçião; mas sempre firme em querer cazar” (SANTOS, 1851, p. 333-334).

⁴ A leitura de um excerto da narrativa memorialística de Antônio Vieira dos Santos permite salientar o envolvimento de negociantes de Morretes nas tratativas acerca do casamento de membros da família Vieira dos Santos. A análise dessa informação permite, assim, o conhecimento sobre o funcionamento do mercado matrimonial e seus participantes no litoral sul paulista, nas primeiras décadas do século XIX. O excerto transcrito a seguir diz respeito a um episódio ocorrido em 1824. Nessa ocasião, Vieira dos Santos esteve envolvido nas tratativas para o casamento de sua filha Maria Cândida. Essas tratativas não se concretizaram. Assim, ela jamais se casou. Nesse episódio, um negociante fixado em Morretes, José Loyola, informou a Vieira dos Santos que Fidelis da Silva Carrão estava interessado em casar-se com Maria Cândida: “Em 9 de Abril [de 1824] Sesta fr^a de t. me pedio o Joze Loyolla m^a f^a M^a p^a cazar com Fidelis Joze da S^a Carrão e fiquei de lhe dar resposta” (SANTOS, 1851, p. 46).

família e de comerciante varejista consolidou o seu pertencimento à sociedade de Morretes.

José Lopes, portanto, adentrou a uma família cujo patriarca e seus descendentes estiveram durante décadas dependentes dos empréstimos concedidos por negociantes portugueses mais abastados (CAVAZZANI, GOMES, 2014a). Tratava-se, ainda, de um patriarca que, em virtude de dificuldades econômicas, sujeitou-se a atuar como guarda-livros de outro comerciante português, a saber, o citado Antônio José de Araújo, que era seu concunhado (CAVAZZANI, GOMES, 2014b).

O mencionado relato de Vieira dos Santos também evidencia que negociantes econômica e politicamente mais poderosos, como Antônio Ricardo dos Santos, eram convidados a participar de eventos como as articulações para a concretização de um casamento. Tais negociantes também participavam das cerimônias em que ocorria o matrimônio de um jovem patricio. Entretanto, este era o limite do envolvimento dos negociantes abastados na vida familiar dos pequenos comerciantes, no contexto da sociedade do litoral sul paulista da primeira metade do século XIX. Cabe destacar, assim, que a esses pequenos comerciantes era vedada incorporação, por meio do casamento, no grupo social dos principais negociantes da região.

Nas décadas seguintes, as alianças sociais estabelecidas entre portugueses economicamente desiguais por meio do compadrio tornaram-se mais escassas. No caso da família Vieira dos Santos, houve, a partir dos anos 1840, a tendência de os padrinhos serem selecionados no interior da própria parentela. A esse respeito, cumpre mencionar que em 1843, Ana Joaquina, viúva desde 1837, casou-se com o português Agostinho José Pereira de Lima. Em 1847, nasceu um dos filhos do casal: Agostinho, que teve como padrinho de batismo o avô materno (Antônio Vieira dos Santos), e como madrinha a tia materna (Maria Cândida Vieira dos Santos). Agostinho Pereira era também compadre de seu cunhado Antônio Vieira dos Santos Júnior. Em 1850, Agostinho Lima batizou Frederico, filho de Antônio Júnior (SANTOS, 1851). Dessa maneira, entre os descendentes de comerciantes portugueses também existiam dificuldades para ampliar as suas alianças sociais por meio do compadrio.

Em última instância, o estudo sobre a trajetória de José Lopes e também sobre a posição da família Vieira dos Santos na hierarquia social em vilas do litoral sul

paulista permite a apresentação de duas constatações. A primeira constatação é de que, no princípio do século XIX, na aludida região, a principal oportunidade social dos portugueses recém-chegados era contrair matrimônio com as filhas de pequenos comerciantes, que em sua maior parte também eram oriundos de Portugal. A segunda constatação diz respeito ao fato de que o matrimônio e a abertura de uma loja de secos e molhados consistiam no limite das oportunidades econômicas alcançadas pelos imigrantes que eram incorporados à família de pequenos comerciantes portugueses.

A partir da investigação do caso de José Lopes, compete ressaltar que o exercício de atividades como a de tropeiro interessava aos pequenos comerciantes. Esse interesse era um indício de que os pequenos comerciantes buscavam diversificar os seus negócios. Para tanto, eles se envolviam em distintos ramos do comércio. Nessa época, a atuação no comércio de tropas de animais de carga e de erva-mate era peculiar às atividades econômicas dos pequenos comerciantes portugueses estabelecidos no litoral paranaense. Contudo, a inserção nessas atividades implicou o aprofundamento de sua dependência econômica para com abastados negociantes portugueses.

Assim, no estágio seguinte deste artigo será demonstrado que, no contexto do litoral sul paulista da primeira metade do século XIX, os imigrantes portugueses buscavam se aproximar e estabelecer relações sociais e econômicas. Porém, essas relações eram marcadamente hierarquizadas. Na posição superior da hierarquia, estavam os imigrantes que controlavam o mercado de crédito e financiavam as iniciativas econômicas dos pequenos comerciantes. Na posição inferior, estavam acomodados os pequenos comerciantes. Esses indivíduos eram próximos tanto em virtude de suas alianças familiares quanto em decorrência de enfrentarem análogos reveses econômicos.

Em 1832, apenas um ano após iniciar sua atuação como comerciante varejista, José Lopes tornou-se negociante de tropas de animais. Para exercer tal atividade, ele se tornou dependente do financiamento de dois negociantes portugueses: o mencionado Antônio José de Araújo, residente em Morretes, e Manoel Francisco Correia (1776-1864), domiciliado em Paranaguá. Lopes atuou como negociante de tropas em companhia de seu genro José Vieira dos Santos. Para viabilizar a

participação de José Vieira no comércio de animais cavaleiros, o seu pai, Antônio Vieira dos Santos, contraiu um empréstimo com o citado Antônio José de Araújo.

Nessa época, o comércio de tropas era uma atividade desempenhada, por exemplo, por comerciantes estabelecidos na área correspondente à região planáltica do atual Estado do Paraná (SUPRINYAK, 2008). A partir da leitura do texto biográfico escrito por Vieira dos Santos, torna-se possível evidenciar que a perspectiva de auferir lucros de modo rápido motivou José Lopes a tornar-se tropeiro:

Parece que desde meado de Outubro [de 1832] em diante com as noticias que houverão nos Morretes da boa venda que fizerão na V^a do Principe os tropeiros q' sahirão do Continente do Sul de suas bestas deu bastante cobiça ao m^{mo} Lopes de logo projectar esta trabalhoza e prolongada viagem que tão fatal lhe foi para a sua saúde adquirindo graves moléstias de que lhe veio a rezultar a sua morte prematura. Nem considerações e meus concelhos o puderão disuadir de emprehender hua viagem semelhante, firme em seus projectos e rezolução começou a por p^a obra e p^a mais ajudar os seus dezejos chegou em 4 de 9^{bro} a esta Freg^a Manoel Lourenço Pontes vindo do Continente do Sul, contando m^{tos} lucros e grandezas, de maneira q' ficou o Lopes influido a querer hir p^r força e decidio definitivamente a m^{ma} viagem, insistindome que eu tambem pedise dinheiro a premios p^a arranjar meu f^o Joze e hir em companhia delle; com effeito logo tratei disso. Em 5 de 9^{bro} Segunda fr^a falei a meu cunhado o Cap^m Antônio Joze de Ar^o p^a que me emprestase algum d^{ros} a premio e com effeito me prometeo (SANTOS, 1851, p.430-431).

Dessa forma, o envolvimento no comércio de tropas foi um fator que ocasionou o aprofundamento da dependência econômica de portugueses – e de seus descendentes – para com os seus patrícios que controlavam o mercado de crédito no litoral sul da Província de São Paulo. Em 1832, portanto, Antônio Vieira dos Santos e seu genro José Lopes Ferreira estavam na condição de devedores desses controladores do mercado de crédito local. A respeito do endividamento de Lopes com negociantes portugueses, Vieira dos Santos assinalou:

Em 12 de Dezembro recebi cartas do Ten^e Cor^{el} Manoel Fran^{co} Corr^a offerendome 3 contos de reis a premio p^r cujo motivo foi o Lopes no dia 16 a villa de Paranagua a receber o dito d^{ro} e mais 2 contos que tambem o m^{mo} emprestou p^a elle de cujas quantias forão pasadas letras com data de 15; e elle voltou p^a Morretes no dia 19 ou 20; e os creditos que se pasarão ao Cap^m Antônio Joze de Ar^o forão em data de 29 de Dezembro tanto o dito d^{ro} que me emprestou como p^a o Lopes (SANTOS, 1851, p.431).

Entre 1832 e 1835, José Lopes desenvolveu suas atividades de tropeio entre as províncias de Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul. O estudo de informações concernentes a esse período permite o conhecimento sobre o montante que Lopes faturou na condição de negociante de animais de carga. Referente ao percurso que ele realizou como tropeiro no ano de 1835, Vieira dos Santos destacou:

Em 14 de Janeiro se foi embora o Lopes p^a a Villa de Coritiba, e de lá p^a os Campos geraes, levar a Tropa a invernar o que effectuou nos Campos pertencentes ao Sarg^t Mor Benedito Mariano Ribas perto da Villa de Castro. Em 5 de Fevereiro elle me escreveu da Ponta Grossa onde se achava. Em 28 de Fevereiro Lopes vendeu a Joaquim Fiuza de Carv^o da V^a de Faxinal o valor de 1:571\$000 de animaes cavallares. Em 28 de Março me escreveu da V^a de Castro onde vendeo a João Baptista Ribr^o de anim... 352\$000. Em 3 de Março vendeo ao Cap^m Balduino de Almeida Taques na V^a de Castro o valor de 8:764\$240 de bestas. Em 12 de Março Quinta f^a chegou o Lopes aos Morretes de volta da V^a de Castro vendeo fiado toda a tropa de mullas e cavallos. N. B. = parece que depois de sua chegada elle foi a Villa de Paranagua fazer huns pagamentos ao Ten^e Corr^e e fes isto no dia 22: julgo q' talvez fosse nesta viagem q' elle apanhou a defluxão catarral do peito p^r cauza do sereno e humidade da noite más esta conjectura he duvidoza (SANTOS, 1851: 437).

Esta passagem também demonstra que, três anos após iniciar-se na atividade de tropeiro, Lopes ainda permanecia endividado com o português Manoel Francisco Correia. Tal informação consiste em um indício de que a obtenção de empréstimos mantinha, durante anos, os pequenos comerciantes portugueses em posição de subordinação em relação a seus patrícios. Nesse contexto, eram exíguas as possibilidades de os imigrantes menos abastados modificarem a sua condição social. Nos períodos em que permanecia em Morretes, Lopes voltava a desempenhar a função de negociante de fazendas secas. Nesse contexto, o exercício simultâneo do comércio de fazendas e de animais de carga não era incomum no âmbito da Província de São Paulo (BADDINI, 2002). José Vieira dos Santos, por sua vez, passou a atuar como comerciante de erva-mate, junto de seu pai. Portanto, José Vieira não se consolidou como um negociante de tropas, apesar de ter contado com o apoio financeiro de seu pai para cultivar tal ocupação (SANTOS, 1851).

Assim, diante do insucesso do seu envolvimento no comércio de tropas, restou a José Vieira permanecer como um auxiliar de seu pai no comércio ervateiro. Essa

informação sobre o destino de José Vieira consiste em um caso da reiteração, no interior de uma família de pequenos comerciantes de origem portuguesa, das limitações econômicas que não permitiam a expansão dos negócios. Ao mesmo tempo, essas limitações impediam que os descendentes dos pequenos comerciantes portugueses desenvolvessem uma atividade econômica liberta dos constrangimentos econômicos peculiares às trajetórias dos seus pais.

Em 1835, Lopes começou a comercializar erva-mate. Nessa época, a produção da erva estava em expansão no litoral e no primeiro planalto do atual Estado do Paraná (LINHARES, 1969; PEREIRA, 1996). Inicialmente, Lopes atuou como um agente que intermediava a venda de terços da erva para os mercados de Buenos Aires e Montevideú. Porém, Lopes ambicionava implantar um engenho de soque da erva-mate. Contudo, esse projeto malogrou em virtude de desentendimentos com um sócio (SANTOS, 1851). Dessa forma, apenas quatro anos depois de radicar-se em Morretes, Lopes já atuara como comerciante de secos e molhados, negociante de tropas de animais e de erva-mate. Nesse ínterim, ele passou à condição de devedor dos principais negociantes do litoral do atual Paraná.

José Lopes Ferreira, portanto, era um negociante que encontrou dificuldades de conseguir o capital necessário para tornar-se proprietário de um engenho de beneficiamento de erva-mate. Diante dessas adversidades, o seu sogro Antônio Vieira dos Santos intermediou a inserção de Lopes nas atividades do engenho de um filho, a saber, Antônio Vieira dos Santos Júnior. Nesse sentido, tal intermediação evidencia uma forma de solidariedade familiar. Em virtude das dificuldades para prosperar como negociante, restou a Lopes aceitar um auxílio de um membro da família de sua esposa. Acerca da obtenção dessa ajuda, atente-se ao seguinte excerto do texto biográfico escrito por Antônio Vieira dos Santos:

Desde este tempo [1835] em diante anciou o Lopes ter de sua conta hua fabrica de soque de Erva, ou inda q' fosse interessado com alguém; projectou fazer com o Cap^m M^{el} Joaq^m de S^{za} mas este indiviuo o enganou; depois intentou levantar outro na margem do ribeirão da ponte alta nos fundos de huns terrenos q' p^a ali tinha encaminhado a agoa. Mais acima p^{la} antiga entrada de hum antigo vallo de Joaquim J^e Per^a J^{or} mas isto frustrou-se porque este sугeito o enganou, finalmente queria ir fazer no rio do Pinto ou no de Marumbi, outr'ora em Coritiba; ou no Campo largo da piedade p^a o q' deu alguns pasos e esteve bem intentado, mas finalmente lhe falharão

todos os projectos, e asim intentei arranja-lho no Eng^o q' era de meu f^o Antônio em que teve Sociedade com Fran^{co} da Costa Pinto p^a cujo fim elle repasou hua Escripura publica de divida de sua parte em dacta de 22 de Junho deste anno (SANTOS, 1851, p.469).

De outra parte, Lopes também almejou voltar a negociar escravos provenientes de Angola. De acordo com Vieira dos Santos, Lopes comercializou escravos na vila catarinense de São Francisco do Sul, em 1835. Porém, depois dessa negociação não tornou a comercializar escravos importados (SANTOS, 1851). Por outro lado, cabe destacar que, ao mesmo tempo em que foi assistido por Vieira dos Santos, Lopes possuía pendências econômicas para com este seu sogro e patrício. Os terços de ervamate comercializados por Lopes eram beneficiados no engenho de Vieira dos Santos. No momento em que este negociante realizou a cobrança pelo serviço prestado, houve um desentendimento com Lopes. O excerto transcrito a seguir é referente ao momentâneo desacordo entre os compatriotas:

Em 8 de Dezembro [de 1835] Terça fr^a de manhã falei ao Lopes p^a eu fazer junto com elle estes arranjos, o que de boa vontade condesdendeo dando os esclarecimentos que erão necessarios, e como eu inclui nas m^{mas} contas os importes dos beneficiamentos dos terços q' se tinham feito na m^a fabrica p^r conta da Sociedade parece que não gostou disso, persuadindose eu faria de graça visto trabalharem tambem seus Escr^{os} aos quaes estabeleci jornais p^r q' não era posivel ser de outra maneira em razão de eu ter sociedade no Eng^o com meu f^o Ant^o estes arranjos de contas se levou desde 10 horas da manhã té depois das 3 da tarde o que me deixou bastantemente escandecido q^{to} mais a elle p^r ter hum genio frenetico e aprehensivo este motivo q' parecia ser m^{to} justo o escandalizou sobremaneira, e bastantemente apaixonado vindo a peiorar da tosse e a repetir-lhe os escarros de sangue moderadamente mas sempre em deterioração de sua saude e augmentando-se-lhe a gravidade da molestia, e neste estado andou té o fim deste anno, ora melhor da tosse e ora peor: contaram-me o Lopes se queixara contra mim p^{lo} motivo acima declarado, e bastantemente apaixonado (mas sem razão) q' não veio a m^a caza hum ou dois dias; mas depois tornou sem que entre nós houvesse maior dezavença (SANTOS, 1851, p.445-446).

O agravamento dos problemas de saúde de Lopes, os quais são brevemente mencionados no texto supracitado, ocorreu em fins de 1835. Assim, um de seus amigos convidou-o para restabelecer sua saúde em uma estância na província argentina de Entre Rios. Lopes aceitou o convite e viajou à Argentina. Porém, a sua doença agravou-se. Ele faleceu na Argentina, em 1837. No período em que se

encontrava em Entre Rios, Lopes redigiu um testamento. Nesse documento, ele afirmou que possuía três filhos (dois meninos e uma menina). Lopes declarou, ainda, que os seus bens consistiam em uma casa em Morretes, sete cativos (cinco homens e duas mulheres) e roupas (SANTOS, 1851).

A manutenção de uma escravaria, portanto, foi o elemento principal de seu patrimônio. Escravaria formada por menos de dez cativos era também peculiar ao patrimônio de um patricio de Lopes, a saber, o seu sogro Vieira dos Santos (WEBER, 2009).

Considerações finais

As informações extraídas das *Memórias dos sucessos mais notáveis acontecidos desde o ano de 1838* evidenciam aspectos do relacionamento entre membros da comunidade portuguesa em Morretes e Paranaguá no princípio do século XIX. Mais precisamente, essa fonte propicia o conhecimento sobre a natureza dos reveses e das estratégias econômicas adotadas por indivíduos que, a exemplo de José Lopes Ferreira, atuaram como comerciantes varejistas naquelas localidades. O avanço nos estudos sobre a hierarquização da comunidade portuguesa do litoral sul paulista demanda, por certo, a incorporação de fontes tais como documentos cartoriais e paroquiais.

De sua parte, a *Memória dos sucessos* permite destacar dois elementos capitais na trajetória de um integrante da referida comunidade: a carência de recursos econômicos e as implicações das iniciativas destinadas a contornar essas carências. Por consequência, tais informações consistem em contribuições para o desenvolvimento da análise acerca da natureza e dos impactos dos malogros econômicos vivenciados por portugueses que atuaram no comércio varejista em áreas litorâneas da Província de São Paulo.

A carência de recursos econômicos foi um elemento constante da trajetória de José Lopes Ferreira no Brasil. Essa carência impeliu-o a abandonar o tráfico de escravos. Nesse sentido, a carência de recursos financeiros tornou Lopes pertencente ao grupo dos traficantes ocasionais, os quais não dispunham de condições econômicas para realizar viagens regulares à África.

Por outro lado, a falta de capital frustrou o seu plano de realizar o beneficiamento de erva-mate. No Brasil, a sua atividade econômica mais duradoura

foi a de tropeiro. Contudo, para desenvolver essa atividade ele contraiu dívidas com patrícios domiciliados em Morretes e Paranaguá. Essa dependência econômica aproximava-o de seu sogro e de seu genro, que também contraíam empréstimos dos principais negociantes que residiam em municípios do litoral do atual Estado do Paraná.

José Lopes, portanto, estabeleceu relações familiares com negociantes que estavam acomodados em posições mais subalternas na hierarquia social do litoral do atual Paraná, nas primeiras quatro décadas do século XIX. Nesse período, o envolvimento no comércio varejista e o exercício ocasional de ocupações econômicas, como o comércio de tropas, era um elemento intrínseco às trajetórias dos pequenos comerciantes de origem portuguesa estabelecidos naquela região.

Desse modo, demonstrou-se neste artigo que a inserção em distintos ramos do comércio foi um aspecto característico aos percursos de um pequeno comerciante português radicado no litoral sul paulista. Mais precisamente, foram contínuas as tentativas desse indivíduo para consolidar, por exemplo, como comerciante de secos e molhados, tropas de animais, escravos e erva-mate. Contudo, essas iniciativas exigiam um investimento inicial. Esse investimento, por sua vez, era realizado após a obtenção de um empréstimo. Comumente, esse empréstimo era concedido por um abastado negociante português. Tal situação reiterava a situação de dependência e domínio existentes entre os imigrantes portugueses.

Em síntese, José Lopes integrou-se a uma sociedade caracterizada pelo expressivo distanciamento socioeconômico entre os negociantes portugueses. Nesse contexto, o estabelecimento de relações familiares com imigrantes menos abastados era operacional para consolidar o enraizamento do português na vida econômica local. Todavia, esse enraizamento representava a inserção em uma posição hierárquica da qual ele, o imigrante, não conseguiria distanciar-se. As dívidas tornavam-no um componente do séquito de dependentes dos portugueses que controlavam localmente o mercado de crédito e que detinham recursos para adquirir imóveis que os alçavam à condição de rentistas urbanos.

Portanto, o mercado matrimonial, nas sociedades de Morretes e Paranaguá da primeira metade do século XIX, era sobremaneira restritivo. De um lado estavam os comerciantes ricos, especialmente os portugueses. Esse mercado era vedado a

peessoas de uma condição social e econômica modesta. De outro lado estavam os pequenos comerciantes, que acolhiam os patrícios recém-estabelecidos naquela localidade e os incorporavam aos seus negócios e esquemas matrimoniais.

Nesse quadro, o presente artigo apresentou evidências de que, na referida época, os pequenos comerciantes portugueses e os novos imigrantes que optavam por se fixar na freguesia de Morretes formavam uma comunidade. Os membros dessa comunidade eram próximos tanto pela condição social quanto pelas parcerias econômicas que desenvolviam. Essa proximidade também decorria do fato de eles estarem subjugados economicamente pelos mesmos indivíduos. Nessa comunidade, existiam mútuas formas de solidariedade. Conforme salientado neste artigo, a concessão de auxílio em momento em que o patrício encontrava-se em dificuldade econômica e o apoio para que este pudesse diversificar os seus negócios eram as formas de solidariedade mais expressivas.

Dessa maneira, as informações fornecidas por Vieira dos Santos sobre a trajetória de José Lopes consistem em indícios de que os antigos e novos imigrantes não abastados mantinham relações horizontais, no contexto das sociedades do litoral sul paulista da primeira metade do século XIX. As suas alianças sociais perduravam, a despeito das ocasionais cizânias motivadas por desentendimentos de ordem econômica e familiar. Por outro lado, a esses imigrantes era vedado o acesso aos grandes negociantes, senão em situações de caráter puramente econômico, como a obtenção de um empréstimo e a negociação de uma dívida.

Fontes documentais

Revista Genealógica Latina, volumes 9/10, 1956.

SANTOS, Antônio Vieira dos. **Memórias dos sucessos mais notáveis acontecidos desde o ano de 1838**. 1851. Manuscrito sob a guarda do Círculo de Estudos Bandeirantes.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Leandro Braga de. **Negócios capitais**: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, c. 1822- c. 1864. Tese (Doutorado em História Social). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império**: comércio de animais e desenvolvimento urbano. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

BRAGA, Nilza. **Entre negócio e vassalagem na Corte Joanina**: a trajetória do homem de negócio, comendador da Ordem de Cristo e deputado da Real Junta de

Comércio Elias Antônio Lopes (c.1770-1815). Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

BERUTE, Gabriel. **Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)**. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski. **Tendo o sol por testemunha: população portuguesa na Baía de Paranaguá (c. 1750-1830)**. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski, GOMES, Sandro Aramis Richter. Imigração, comércio e hierarquia: a trajetória de Antônio Vieira dos Santos nas vilas de Morretes e Paranaguá (1797-1850). In: CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski, GOMES, Sandro Aramis Richter (Org.). **Antônio Vieira dos Santos: reminiscências e outros escritos**. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná, 2014a, p. 9-54.

CAVAZZANI, André Luiz Moscaleski, GOMES, Sandro Aramis Richter. Imigrantes, vida mercantil e hierarquias sociais: o processo de diferenciação socioeconômica de comerciantes portugueses em duas vilas litorâneas (Morretes e Paranaguá, 1805-1850). In: **Revista de História Regional**, n. 19, 2014b, p. 437-456.

COSTA, Samuel Guimarães. **O último capitão-mor (1782-1857)**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1988.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

GELMAN, Jorge Daniel. **De mercanchifle a gran comerciante: los caminos del ascenso em el Río de la Plata colonial**. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía, 1996.

GORENSTEIN, Riva, MARTINHO, Lenira. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura, 1993.

LEANDRO, José Augusto. **Gentes do grande mar redondo: riqueza e pobreza na Comarca de Paranaguá (1850-1888)**. Tese (Doutorado em História Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. Sobre migrações para a América portuguesa: o caso do Rio de Janeiro, com especial referência aos açorianos (1786-1844). **Estudos Ibero-Americanos**, vol. 26, n. 2, 2000, p. 91-120.

LINHARES, Temístocles. **História Econômica do Mate**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

MENEZES, Lená Medeiros. Jovens portugueses: histórias de trabalho, histórias de sucessos, história de fracassos. In: GOMES, A. (Org.). **Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 164-182.

PEREIRA, Magnus. **Semeando iras rumo ao progresso: o ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1996.

SCOTT, Ana Silvia Volpi (Org.). **Gente das Ilhas: trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 e 1790**. São Leopoldo: Oikos, 2014.

SOCOLOW, Susan. **Los mercaderes del Buenos Aires virreinal: família y comercio**. Buenos Aires, Ediciones de la Flor, 1993.

SUPRINYAK, Carlos. **Tropas em marcha: o mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil Imperial**. São Paulo: Annablumne, 2008.

VASCONCELOS, Zacarias de Góes e. **Relatório do presidente da província do Paraná na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854**. Curitiba: Typographia de Cândido Martins Lopes, 1854.

WEBER, Silvio Adriano. **Além do cativo: a congregação de escravos e senhores na vila de Morretes, século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), Setor de Ciências Humanas Letras e Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

Recebido em Agosto de 2016

Aprovado em Dezembro de 2016